

AVALIAR PARA MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO? POTENCIALIDADES E LIMITES DOS QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS DA PROVA BRASIL

EVALUATE TO IMPROVE THE QUALITY OF EDUCATION? CAPABILITIES AND LIMITATIONS OF CONTEXTUAL QUESTIONNAIRES OF PROVA BRASIL

Cristiane MACHADO¹

Ocimar Munhoz ALAVARSE²

RESUMO: A ampliação de políticas de avaliação externa associada à criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007, resultou em novos contornos no debate sobre a qualidade do ensino e, constantemente, são tratadas como condição para o alcance da sua melhoria. A avaliação externa federal Prova Brasil, além de estimar o desempenho dos alunos por meio de provas padronizadas, coleta dados para possibilitar estudos de fatores associados ao desempenho dos alunos utilizando quatro “questionários contextuais”. O objetivo deste estudo é explorar o potencial e os limites dos questionários contextuais aplicados para professores como subsídio para as redes buscarem fatores explicativos que possam ser associados aos desempenhos dos alunos. Conclui que os questionários podem colaborar na associação de fatores explicativos dos resultados dos alunos quando o escopo da investigação é a rede de ensino, porém, quando o foco é a escola, os questionários são insuficientes para construir explicações para a compreensão do desempenho dos alunos para além das provas padronizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação externa. Qualidade do ensino. Prova Brasil.

INTRODUÇÃO

O debate sobre qualidade do ensino no país sempre esteve presente nas pautas e agendas da educação nacional. No entanto, nos últimos vinte e cinco anos, o tema vem adquirindo maior densidade teórica com a ampliação de estudos e pesquisas e também obtendo maior visibilidade social. Sem dúvida, a ampliação de iniciativas de avaliação externa, principalmente a partir do início da década de 1990, e a consequente divulgação de seus resultados que evidenciam regularmente a precariedade do ensino ofertado, são importantes marcos neste movimento. A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007, apresentado pelo governo federal como indicador da qualidade da educação, amplificou e respaldou esse debate, elevando-o à condição de questão nacional.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Docente do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí - Univás, em Pouso Alegre - MG. Endereço eletrônico: cristiane13machado@yahoo.com.br.

² Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos-SP, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: ocimar@usp.br.

O Ideb é um indicador sintético que combina resultados de desempenho dos alunos na Prova Brasil com taxas de aprovação e sintetiza, a cada dois anos, esses resultados em um só índice. Embora tenha sido criado em 2007, para efeito de formulação de metas para escolas, redes e unidades da federação, o ano de 2005 foi considerado. Para formular o Ideb, em 2005, o governo federal utilizou os dados do desempenho dos alunos na prova padronizada, realizada no mesmo ano, e da aprovação, registrada anualmente no Censo Escolar.

A Prova Brasil, além de estimar as proficiências dos alunos, também denominadas desempenho, por meio de provas padronizadas com itens de múltipla escolha nas áreas de língua portuguesa (foco em leitura) e matemática (foco em resolução de problemas), coleta vários outros dados sobre a educação nacional por meio de quatro questionários. O objetivo desse levantamento, feito com base em “questionários contextuais” respondidos pelos profissionais das escolas, é o de possibilitar “(...) o desenvolvimento de estudos dos fatores associados ao desempenho dos alunos³”. Nestes questionários são reunidas informações em formulários individualizados a respeito dos alunos, professores, diretores e escolas, sendo que os dados obtidos com os três últimos questionários referentes à Prova Brasil 2011 estão disponibilizados no sítio do Inep. São questionários com itens de múltipla escolha que tentam captar as condições das escolas e a percepção dos profissionais da educação sobre diversas dimensões que compõem o cotidiano escolar e educacional. O questionário da escola possui 61 itens; o do professor 152 e o do diretor 212.

O objetivo deste artigo é estudar o potencial e os limites da associação das respostas dos questionários contextuais dos professores com o desempenho dos alunos. Busca-se, assim, explorar possíveis relações entre avaliação externa e melhoria da qualidade. São tomados como base os Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP) e as respostas dadas pelos professores do 5º ano do ensino fundamental no questionário contextual do ano de 2011. O questionário respondido pelos professores é composto de 152 itens e, para efeito deste estudo, selecionamos 47 itens que mais se aproximam da relação entre o trabalho do professor e os resultados do Ideb.

Concordamos com Dourado (2007, p. 09) que qualidade da educação é “(...) um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões (...)”, portanto, os resultados das avaliações externas não podem ser vistos como a única expressão da qualidade da escola. No entanto, os indicadores que compõem o Ideb, aprovação e desempenho dos alunos em provas padronizadas, não são alheios ao ensino que se pretenda de qualidade. Em alguns estudos (ALAVARSE, 2013; MACHADO 2012) encontramos aportes que procuram atenuar o peso excessivo atribuído aos resultados de avaliações externas como fonte exclusiva de qualidade e, ao mesmo tempo, indicativos da necessidade de ampliar, no âmbito das escolas, o movimento

³ Conforme informações disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/questionarios-contextuais>. Acesso em: 19 fev. 2015.

inadiável de busca de entendimento e uso desses resultados e suas possíveis relações com a qualidade do ensino.

REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO: NÚMEROS, ANÁLISES E RELAÇÃO COM AS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

Dados do Censo Escolar de 2011 mostram que a Rede Municipal de Ensino de São Paulo - RME-SP é uma das maiores redes públicas do país. No ano de aplicação da Prova Brasil em análise, possuía 236.865 alunos na educação infantil, sendo 55.218 na creche e 181.647 na pré-escola, e 452.666 no ensino fundamental, sendo 210.391 nos anos iniciais e 242.275 nos anos finais. A vasta dimensão da RME-SP a coloca como objeto privilegiado de estudos e pesquisas, uma vez que oferece um campo diversificado de desafios que precisam ser enfrentados para a efetivação do direito à educação para toda a população em idade escolar.

Na Tabela 1 a seguir são destacados os dados Ideb e a meta para a RME-SP, bem como detalhamentos dos componentes desse indicador, nas quatro aferições já realizadas que estão disponibilizadas no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Tabela 1 - Ideb, Meta, Taxa de aprovação, Nota Padronizada na Prova Brasil e Proficiências em Matemática e Língua Portuguesa. Anos iniciais do ensino fundamental. Rede Municipal de Ensino São Paulo (2005 a 2011).

	2005	2007	2009	2011
Ideb	4,1	4,3	4,7	4,8
Meta	-	4,1	4,5	4,9
Aprovação	94,9%	92,6%	94,7%	95,4%
Nota padronizada	4,29	4,60	4,96	5,03
Língua Portuguesa	166,40	168,61	177,67	181,55
Matemática	172,80	186,97	197,50	197,53

Fonte: MEC/Inep, 2005-2011, (2013).

Uma primeira análise revela que, de 2005 a 2011, o aumento do Ideb, de 0,7 ou 17,1%, foi contínuo, embora a RME-SP tenha chegado, em 2011, com 4,8 pontos, sem atingir a meta estipulada pelo governo federal de 4,9. Para esse incremento, verificado na série histórica das aferições, contribuíram os acréscimos em leitura e resolução de problemas, que chegaram a compensar oscilações nas taxas de aprovação, principalmente de 2005 a 2007, quando a aprovação caiu 2,3 pontos percentuais (pp).

Os professores dos anos iniciais do ensino fundamental da RME-SP, em 2011, totalizavam 10.091 profissionais. Destes, 3.438 eram professores do 5º ano do ensino fundamental e 2.083 responderam corretamente aos questionários. O fato da Prova Brasil ser aplicada em salas com, no mínimo 20 alunos, pode explicar a diferença entre o número total de professores do 5º ano do ensino fundamental e o dos professores respondentes.

Os 47 itens do questionário selecionados para este estudo foram agrupados nos seguintes temas: recursos didáticos e tecnológicos utilizados e quantidade de conteúdo do currículo desenvolvido (13 itens); prática pedagógica em língua portuguesa (9 itens); prática pedagógica em matemática (11 itens) e razões das dificuldades de aprendizagens dos alunos (14 itens).

As informações dos questionários contextuais respondidos pelos professores de 5º ano de ensino fundamental mostram que, como recursos didáticos, foram utilizados livro didático para 96% dos professores, livros e literaturas em geral para 94% e jornais e revistas informativas para 88%. O meio de reprodução do material utilizado é, para grande parte, a máquina copiadora (84%). Mais de 90% dos professores da RME-SP indicam usar os recursos como computadores, internet, fitas de vídeo e DVD, jornais e revistas informativas, revistas em quadrinhos e livro didático.

Em relação ao conteúdo estimado e o efetivamente trabalhado durante o ano de 2011, previsto no planejamento do professor, apenas 45% disseram ter trabalhado mais de 80% do currículo estabelecido; 42% afirmaram ter desenvolvido entre 60 e 80% do conteúdo previsto e, a grande maioria, 87% dos professores disseram ter trabalhado mais da metade do que estava previsto.

A biblioteca ou sala de leitura são utilizadas para “momentos de leitura literária e estudos em geral” por 41% dos professores e por 32% dos professores para “leituras e pesquisas individuais ou em grupo”.

As práticas pedagógicas mais utilizadas semanalmente pelos professores em língua portuguesa com seus alunos são: ler contos, crônicas, poesias ou romances (82%); conversar sobre contos, crônicas, poesias ou romances (75%) e discutir um texto, explorando as diferenças entre fatos e opiniões (67%). Outras práticas como: copiar textos do livro didático ou lousa, fazer exercícios sobre gramática relacionados com textos de jornais ou revistas e fixar nomes de conceitos gramaticais ou linguísticos são desenvolvidas algumas vezes por mês para, respectivamente, 32 %, 38% e 40% dos professores. Ainda, 34% dos professores afirmaram utilizar o recurso de “copiar textos do livro didático ou do quadro negro ou lousa” algumas vezes por mês e 27% semanalmente.

Em relação à matemática, as práticas pedagógicas semanalmente mais desenvolvidas pelos professores são: falar sobre soluções de problemas, discutindo os caminhos utilizados para encontrá-las (81%); experimentar diferentes modos de resolver um problema ou de efetuar um cálculo (80%); incentivar e estimular o aluno

a analisar criticamente se os resultados obtidos na resolução de um problema são plausíveis (79%) e interpretar resultados numéricos obtidos para dar uma resposta adequada ao problema (73%).

Quando perguntados sobre as razões das dificuldades de aprendizagem dos alunos, 90% dos professores concordam que elas “estão relacionadas à falta de assistência e acompanhamento da família nos deveres de casa e pesquisas dos alunos”, 76% concordam que “são decorrentes do meio em que o aluno vive” e 75% que elas “ocorrem devido ao desinteresse e falta de esforço do aluno”.

Com o objetivo de obter mais elementos para aproximar a qualidade expressa no Ideb com algumas práticas do trabalho docente na RME-SP, selecionamos três escolas que alcançaram as maiores notas no Ideb de 2005 (escolas A, B e C) e três que tiveram as notas mais baixas (escolas D, E e F), e desenvolvemos uma análise comparativa entre as trajetórias destas escolas e algumas práticas pedagógicas a elas associadas. A série histórica destas escolas em todas as aferições do Ideb consta na Tabela 2.

Tabela 2 – Ideb, Rendimento e Nota Padronizada na Prova Brasil das Escolas (2005-2011).

Escola	Ideb 2005	R 2005	N 2005	Ideb 2007	R 2007	N 2007	Ideb 2009	R 2009	N 2009	Ideb 2011	R 2011	N 2011
A	5,9	0,99	5,97	5,1	0,91	5,55	5,8	0,97	6,03	5,8	0,96	5,99
B	5,4	1,00	5,37	5,2	0,92	5,63	5,0	0,94	5,33	5,3	0,97	5,52
C	5,4	1,00	5,40	5,1	0,96	5,29	5,3	0,95	5,61	5,3	0,97	5,44
D	3,0	0,84	3,54	4,6	0,92	5,03	4,9	0,97	5,02	5,0	0,98	5,07
E	2,9	0,83	3,46	3,3	0,86	3,76	3,7	0,93	4,01	4,1	0,98	4,16
F	2,8	0,79	3,59	3,2	0,82	3,91	4,0	0,92	4,32	3,9	0,89	4,38

Fonte: MEC/Inep, 2005-2011, (2013).

É importante destacar que as escolas A, B e C, que tinham altos Ideb em 2005, mantêm um padrão mais estável, sem ampliar o seu Ideb após a primeira aferição, diferentemente do que ocorreu com as escolas D, E e F, que obtiveram baixos índices em 2005, mas desenvolveram um crescimento importante no período. As notas padronizadas das escolas A, B e C oscilaram para menor no decorrer das aferições, diferentemente das escolas D, E e F, nas quais houve um crescimento contínuo, exceto na escola D, que praticamente teve o mesmo desempenho em 2007 e 2009, mas voltou a crescer em 2011.

Analisamos as respostas dos professores de 5º ano do ensino fundamental dessas escolas no questionário da Prova Brasil de 2011, tentando apreender a ocorrência de diferenças ou não nas respostas que pudessem sinalizar eventuais fatores associados. Longe de buscar generalizações, esse exercício objetivou perceber contrastes significativos, até porque o número de professores é bem pequeno perto do universo da RME-SP, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Escolas e número de professores (2011).

Escola	Professores de 5º ano	Questionários respondidos
A	3	2
B	3	2
C	5	5
D	3	3
E	8	4
F	8	5

Fonte: QEdU e MEC/Inep, (2013).

Nesse sentido, cabe destacar que todos os professores da escola D disseram não utilizar máquina copiadora porque a escola não tem esse recurso. A prática pedagógica de “copiar textos do livro didático ou do quadro negro ou lousa” é o recurso utilizado semanalmente por 1 professor da escola D, 1 da escola E e 3 da Escola F; das escolas com mais altas pontuações em 2005, apenas na escola C, 2 professores disseram usar esse recurso toda semana.

A essas informações agregamos o debate sobre a relação entre desempenho escolar e nível socioeconômico (NSE), tema este muito importante nas pesquisas educacionais, especialmente a partir da década de 1960, após o clássico relatório de Coleman et al. (1966) que identificou uma forte correlação positiva entre os fatores extraescolares e o desempenho das escolas, evidenciando o impacto das desigualdades sociais nas escolas.

Para este estudo, consideramos o indicador de NSE das escolas de educação básica do país criado por Alves e Soares (2012) e disponibilizados no QEdU (2013), como referência para as análises das escolas da RME-SP com os maiores e menores Ideb. Conforme os autores (Op. cit., p. 5), o NSE “(...) é um construto teórico que sintetiza as características dos indivíduos em relação à sua renda, ocupação e escolaridade, permitindo a criação de estratos ou classes de indivíduos semelhantes em relação a estas características (...)”. A sua construção se deu a partir dos dados das avaliações em larga escala realizadas pelo Inep nos últimos anos (Saeb 2001 a 2005, da Prova Brasil 2005 a 2009 e Enem 2007 a 2009), que englobam testes padronizados e questionários contextuais sobre os atributos sociodemográficos dos alunos e seus familiares. Ancorado neste banco de dados, os autores afirmam que “(...) o índice de NSE produzido reflete uma ordenação que descreve de forma fidedigna a realidade socioeconômica das escolas incluídas na base de dados.” (Op. cit., p. 28).

No trabalho de Alves, Xavier e Soares (s/d), a escala de -3 a $+3$, expressa em desvios padrão, foi convertida para outra que varia de 0 a 10. Não obstante, é preciso advertir, que o escore 0 em tal escala não corresponde ao grupo cujo NSE é nomeado como mais baixo, pois, como ressaltam os autores, é improvável que as escolas tenham seu NSE médio situados nos extremos da escala, visto que tal situação

só seria possível se todos os alunos tivessem os valores máximos ou os mínimos dos itens pesquisados, que tratam de bens de consumo, renda familiar, escolaridade e ocupação dos pais.

Para ampliar as possibilidades de análises e comparações, ao considerar o nível socioeconômico médio (NSE) de cada uma das escolas, temos na Tabela 4 a seguinte relação entre as escolas e NSE.

Tabela 4 – NSE médio, Ideb, Rendimento e Nota Padronizada na Prova Brasil das Escolas (2011).

Escola	NSE	Ideb 2011	R 2011	N 2011
A	Alto (6,3)	5,8	0,96	5,99
B	Médio-Alto (6,2)	5,3	0,97	5,52
C	Médio-Alto (6,0)	5,3	0,97	5,44
D	Médio (5,1)	5,0	0,98	5,07
E	Médio (4,9)	4,1	0,98	4,16
F	Médio (5,0)	3,9	0,89	4,38

Fonte: QEdU (2013) e MEC/Inep (2013).

Observando os dados apresentados é possível perceber indícios de correlação positiva entre o desempenho dos alunos, e, por conseguinte, da escola e o seu nível socioeconômico, o que ratifica a literatura sobre desigualdade social e desigualdade escolar. Essa relação pode explicar, em parte, fatores que contribuíram para as escolas A, B e C terem um bom resultado no Ideb em 2005; no entanto, o alto e os médio-altos NSE não foram suficientes para ampliar a pontuação das escolas nas aferições seguintes do Ideb. Já as escolas D, E e F, embora apresentem NSE médio, conseguiram manter uma constância na ampliação dos seus Ideb, conforme mostramos na Tabela 1.

As informações da Prova Brasil selecionadas para este estudo não são suficientes para apontar possíveis fatores que explicariam estes movimentos. Para verificar como as práticas pedagógicas impactaram na trajetória das escolas com NSE alto e médio-alto e nas com médio, é importante um aprofundamento nos cruzamentos possíveis nos dados fornecidos pelo Inep, bem como uma imersão nas escolas para buscar explicações *in loco* deste fenômeno.

Ainda assim, vale destacar a importância dos sistemas, redes de ensino e escolas se debruçarem sobre os dados e informações produzidos pelas avaliações externas para conhecer melhor o contexto no qual a aprendizagem e, conseqüentemente, a qualidade do ensino, se efetivam. A reflexão, de forma associada, sobre os dados e resultados produzidos e disponibilizados pelo Inep pode potencializar análises e explicações sobre o trabalho das escolas, contribuindo, assim, com a construção de uma escola pública que busca viabilizar o sucesso de todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos exploratórios e analíticos sobre os resultados das redes e das escolas com base nos dados disponibilizados pelo Ideb, principalmente quando observados nas suas séries históricas longitudinais, podem fazer a diferença para a escola cumprir seu papel de ensinar com qualidade todos os seus alunos.

As apreciações dos dados da RME-SP aqui examinadas apontam, de um lado, a evidência da drástica diferença de aproveitamento escolar dos alunos de uma mesma rede e, por outro, a possibilidade de, a partir do conhecimento e estudo das informações da Prova Brasil e dos resultados do Ideb em todas as aferições já elaboradas, desencadear um enfrentamento político pela efetiva eliminação de um processo de escolarização seletivo e excludente.

Mesmo considerando as restrições dos itens do questionário do professor da Prova Brasil utilizados neste estudo, podemos assinalar algumas problematizações a partir da análise empreendida, evidenciando o potencial deste instrumento para subsidiar análises compreensivas dos possíveis elementos que podem ser associados ao desempenho dos alunos.

A primeira delas é que mais de 90% dos professores do 5º ano indicam, em 2011, a utilização de diversificados recursos pedagógicos e didáticos, sendo que 73% apontam a biblioteca como um *locus* de aprendizagem. No entanto, o crescimento das proficiências não parece corresponder a tal disseminação de recursos. Uma hipótese para esse crescimento relativamente pequeno estaria assentada na constatação de que menos da metade dos professores afirmam terem cumprido mais de 80% do conteúdo que haviam programado para ser desenvolvido com seus alunos durante o ano e 40% sustentam que ficaram no patamar entre 60 e 80% do previsto. Evidentemente, as proficiências medidas no final de 2011 são produto de 5 anos de ensino fundamental e não apenas do desenvolvido no ano de aplicação da Prova Brasil; contudo, não menos importante é o que se pode apreender do processo curricular do último ano dos anos iniciais do ensino fundamental. Há, também, que se aventar a hipótese de que esse nível de consecução das atividades previstas, abaixo do esperado para o ano, pode estar acontecendo nos anos anteriores, o que, se confirmada, colocaria o conjunto dos anos iniciais com um déficit curricular acumulado de grandes proporções.

Na busca de fatores que possam estar associados ao desempenho dos alunos da RME-SP, outro dado que chama a atenção é a prática pedagógica de lançar mão de cópia da lousa, a qual foi indicada por 60% dos professores, considerando sua frequência semanal ou algumas vezes no mês. De certa forma, corroborando as preocupações alinhavadas por Nunes (2008), essa prática parece não dialogar com as evidências de estudos que apontam a ineficiência deste recurso pedagógico como fator de motivação dos alunos e, menos ainda, como fonte de aprendizagem e conhecimento.

Aprofundando a investigação de elementos que possam elucidar a trajetória de desempenho dos alunos, avulta a posição dos professores para as causas da mesma, pois, praticamente, para 76% deles, os problemas de aprendizagem são decorrentes do meio em que o aluno vive e ocorrem devido ao desinteresse e falta de esforço do aluno. Se, por um lado, isso é coerente com pesquisas que procuram correlacionar desempenho dos alunos com NSE das suas famílias, por outro, pode significar um tipo de descompromisso de ensinar todos ou uma resignação diante das condições que os alunos apresentam, como se à escola restasse “consagrar” as diferenças que são delineadas fora dela.

No entanto, a título de demarcar as limitações de resultados de avaliações externas, apesar de todas suas potencialidades, encontramos em Alavarse, Machado e Oliveira (2013) ponderações sobre as ilusões da divulgação e ênfase nas médias de proficiências de escolas, pois isso pode eclipsar a variabilidade de aprendizagem no interior das mesmas, ou seja, dos alunos.

Nesta análise, um obstáculo emergiu quando procedemos à investigação desses fatores por escola, pois ficou patente que não havia nem a reverberação do quadro esboçado pelo conjunto das escolas da rede, nem uma coerência entre a posição das escolas quanto aos seus NSE, sinalizando um limite no objetivo do questionário em apresentar fatores possíveis de serem associados aos resultados dos alunos. Assim, o estudo indica que a disponibilização de dados pelo Inep pode apontar alguns fatores explicativos para a Rede, mas que esses não se reproduzem por escola, restringindo as análises dos possíveis fatores que podem ser associados aos resultados dos alunos por escola.

Estatisticamente, pode-se sustentar que não se encontra em cada elemento da população a reprodução da totalidade, isto é, que cada escola isoladamente seja uma amostra representativa da população. Contudo, mesmo que não seja uma prática usual, a disponibilização dos dados por escola, seguida de uma tentativa de suas equipes escolares de apropriação dos dados, poderia produzir análises extremamente distorcidas no sentido de associar fatores que contribuísem para o entendimento de seus resultados. Nestes termos, parece-nos que as indicações mais produtivas seriam aquelas no sentido das equipes escolares tentarem analisar as trajetórias dos alunos desde o ingresso no ensino fundamental, efetuando, por exemplo, o cotejamento de resultados das avaliações internas com os das avaliações externas. Assim, turmas de respondentes da Prova Brasil seriam estudadas como coortes de alunos, com pelo menos cinco anos de escolarização. Com isso não se abandonaria as avaliações externas, apenas que seriam postas em contextos de análises mais amplas, ademais de envolver um leque mais diversificado de professores, levando em consideração o trabalho de outros professores e não apenas daqueles que lecionaram no ano de aplicação da prova.

Assim, sem desconsiderar a importância da aplicação de questionários para professores, as análises nas quais se apoia este trabalho indicam que a qualidade da

educação passa pelo trabalho docente, sobretudo, quando esse também se manifesta nas tentativas de problematizar os resultados, o que se contrapõe à tendência de apenas responsabilizá-los pelos resultados.

Destacamos, aqui, algumas possibilidades reflexivas, com base nos dados gerados e disponibilizados pela Prova Brasil e pelo Ideb, que as escolas e sistemas podem empreender nos espaços pedagógicos e no cotidiano da escola para lançar luzes sobre o trabalho que é realizado com o objetivo de analisá-lo e avaliá-lo e, a partir desse movimento, estabelecer as metas e prioridades para a continuidade das ações coletivas da escola na constante busca da melhoria da sua qualidade.

Esmiuçar os resultados do trabalho das escolas, objetivando compreendê-los significa oportunizar mudanças importantes e necessárias na busca do aprimoramento da qualidade da escola pública e democrática, aquela que é para todos e que se organiza para assegurar o ensino-aprendizagem para todos.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Evaluate to Improve the Quality of Education? Capabilities and Limitations of Contextual Questionnaires of Prova Brasil. *Educação em Revista*, Marília, v. 15, n. 1, p. 7-18, Jan.-Jun. 2014.

ABSTRACT: The expansion of external evaluation policies associated with the creation of the Index of Basic Education Development (Ideb) in 2007 resulted in new contours in the debate on the quality of teaching and they are constantly treated as a condition for its improving. The federal external evaluation Prova Brasil, besides estimating student performance through standardized tests, collecting data to enable studies related to student performance factors through four “contextual questionnaires”. The aim of this study is to explore the potential and limits of background questionnaires administered to teachers as a subsidy for the educational networks seeking explanations and / or factors that might explain student performance. Concludes that the questionnaires can collaborate in the association of explanatory factors in the scores when the scope of the investigation is the school system, however, when the focus is on school, questionnaires are insufficient to construct explanations for understanding the performance of the students beyond of standardized tests.

KEYWORDS: External Evaluation. Quality of education. Prova Brasil.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, O. M. Desafios da avaliação educacional: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 135-153, jun. 2013. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/206/237>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

ALAVARSE, O. M.; MACHADO, C.; OLIVEIRA, A. S. Quais as fronteiras da qualidade do Ideb?: um estudo sobre a Rede Municipal de Ensino de São Paulo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Agência Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa

em Educação, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt05_trabalhos_pdfs/gt05_2799_texto.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2013.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. *O nível socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras*. Maio/2012. Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/nse_das_escolas_brasileiras_game_inst_unibanco.pdf Acesso em: 12 dez. 2012.

ALVES, M. T. G.; XAVIER, F. P.; SOARES, J. F. *Conversão da escala do NSE médio das escolas e criação de grupos*. s/d. Disponível em: http://www.compromissocampinas.org.br/pdf/nota_tecnica.pdf. Acesso em: 28 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/resultados>. Acesso em: 05 jan. 2013

BRASIL. Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. *Microdados Prova Brasil 2011- Manual do Usuário*. 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

COLEMAN, J. S. et al. *Equality of educational opportunity*. Washington, DC: Government Printing Office, 1966.

DOURADO, L. F. (Coord.). *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília, DF: MEC/ Inep, 2007.

MACHADO, C. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre o uso dos resultados. *Revista @ambienteeducação*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 70-82, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2013.

NUNES, D. R. P. Teoria, pesquisa e prática em educação: a formação do professor-pesquisador. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-107, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n1/a07v34n1.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

QEDU: aprendizado em foco. 2013. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

